

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 20170027601020538

Requerente: E.C.S.F.

Data da entrada: 26/09/2017

Descrição: "Senhor Procurador-Geral, do Município, 1. O presente pedido trata de solicitação de acesso à informação pública, com base na Lei brasileira de Acesso à Informação, Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011; 2. É sabido que todo ato normativo e toda comunicação do Poder Público, deve caracterizar-se pelo uso do padrão de protocolos e norma culta de linguagem. A formalidade e uniformidade são procedimentos que devem ser seguidos por todos agentes públicos; 3. Ocorreu que, em 26 de setembro de 2016, foi encaminhado para o endereço eletrônico: xxxxxx@gmail.com, resposta parcial referente ao recurso da solicitação de Informação. Percebeu-se, que o tratamento à destinatária no documento foi inapropriado, com impressões pessoais. Cabe esclarecer que não cabe esse tipo de linguagem nas comunicações oficiais; 4. Vale lembrar que, uniformidade das comunicações é vinculada a formalidade dos atos da administração pública. No caso do documento, a estrutura textual e apresentação, fugiram do padrão apresentado pelo Portal da transparência. 5. Logo, solicito informações sobre o envio da resposta parcial, no que se refere: •O documento foi enviado pela Procuradoria Geral, referente ao Recurso de Acesso à Informação? •Caso sim. Quais as justificativas para não atender à formalidade dos documentos Oficiais da Administração Pública? "

Resposta:

Prezada senhora,

Em atendimento à solicitação de informação encaminhada via Portal da Transparência da Prefeitura do Recife, esclarecemos os pontos abordados:

1 – É importante esclarecer que o órgão gestor do Portal da Transparência é a Controladoria Geral do Município e não a Procuradoria Geral do Município como afirmado no pedido em questão. Entendemos, então, que a solicitação se referiu ao dirigente máximo do órgão: o Controlador Geral do Município quando pontuou o recurso do protocolo 20170026801020533, já que a Procuradoria não participa diretamente da gestão de todos os pedidos de informação, apenas daqueles que lhe são direcionados. De qualquer modo, vale salientar que, nesses casos, o recurso deve ser impetrado junto à autoridade máxima do órgão em que o pedido foi protocolado e não necessariamente ao Controlador Geral do Município. Findo o esclarecimento, cumpre mencionar que o recurso do pedido 20170026801020533 já foi devidamente atendido pelas Autoridades da LAI da Secretaria de Planejamento, Administração de Gestão de Pessoas – SEPLAGP. Estando, dessa forma, como encerrado no Portal da Transparência.

2 – Sobre o segundo questionamento, cumpre informar que o Portal da Transparência, de fato, envia alertas padronizados cadastrados previamente em sistema a despeito de cada movimentação dos pedidos de informação, tanto para o requerente quanto para as autoridades da LAI buscando sempre mantê-los informados. Entretanto, nada impede que a própria Equipe do Portal da Transparência, por meio de correio eletrônico ou contato telefônico, interceda a fim de esclarecer, direcionar e/ou inteirar os requerentes/autoridades sobre informações que não constem expressamente nos alertas pré-definidos. A linguagem a ser utilizada nos contatos diretos deve sempre prezar pela urbanidade, clareza, concisão, respeito e principalmente despida de pompa ou termos estritamente formais, pois dessa forma podemos vislumbrar maior compreensibilidade no processo comunicativo, diminuindo os possíveis ruídos inerentes a este, atingindo, por fim, a transparência pública, e não apenas pura e simplesmente a publicidade no sentido estrito da palavra.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Equipe do Portal da Transparência do Recife
Controladoria Geral do Município - CGM
Gerência Geral de Transparência e Informações Estratégicas
(081) 3355-9001 | transparencia@recife.pe.gov.br

